

RELATO DE EXPERIÊNCIA IDENTIFICADO

LIBRAS COMO INSTRUMENTO DE ACESSIBILIDADE E PROTEÇÃO À MULHER SURDA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

LIBRAS AS AN INSTRUMENT OF ACCESSIBILITY AND PROTECTION FOR DEAF WOMEN IN COMBATING DOMESTIC VIOLENCE

Dayna Sobrinho¹, Eliene Andrade¹, Gleiciane Cavalcante Cunha¹, Iana Karollyna Rodrigues Damasceno Coelho¹, Isabele Mendes de Vasconcelos¹, Kethellen Maykelly de Lima Silva¹, Clesivane do Socorro Silva do Nascimento²

¹Discentes do Curso de Direito da Faculdade Afya – Parnaíba, PI, Brasil. ²Docente do Curso de Direito da Faculdade Afya – Parnaíba, PI, Brasil. *Autor correspondente: clesivane.nascimento@afya.com.br

Eixo Temático: XV. PROJETOS DE EXTENSÃO VI / RELATO DE EXPERIÊNCIA
(DIREITO)

RESUMO

Introdução: A violência doméstica contra a mulher configura-se como grave violação de direitos humanos, sendo intensificada na realidade das mulheres surdas por barreiras comunicacionais e pela escassez de intérpretes de Libras nos órgãos de segurança. Objetivo: Analisar a relevância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como ferramenta de acessibilidade e proteção à mulher surda no combate à violência doméstica, identificando lacunas institucionais de atendimento. **Descrição da Experiência:** Ação extensionista realizada em 15 de maio de 2026, na Escola Municipal Bilingue de Parnaíba Libras-Português (PI), com mulheres surdas da comunidade escolar. A intervenção contou com roda de conversa mediada por graduandas de Direito e um intérprete, exibição de vídeo sobre a Lei Maria da Penha e aplicação da dinâmica "Sinal Vermelho" com cartões coloridos para identificação de comportamentos abusivos e violências invisibilizadas. Evidenciou-se a severa vulnerabilidade decorrente da ausência de tradutores em delegacias e centros de apoio. **Conclusão:** Projetos de extensão focados na acessibilidade em Libras são cruciais para romper o isolamento, garantir a dignidade humana, a segurança pública e o efetivo acesso à justiça.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência Auditiva. Violência Doméstica. Direitos Humanos. Acessibilidade Linguística. Projetos de Extensão.

ABSTRACT

Introduction: Domestic violence against women represents a severe violation of human rights, being intensified in deaf women's reality due to communication barriers and the shortage of Libras interpreters in public safety agencies. **Objective:** To analyze the relevance of the Brazilian Sign Language (Libras) as an accessibility and protection tool for deaf women in combating domestic violence, identifying institutional gaps in assistance. **Experience Description:** Extension activity carried out on May 15, 2026, at the Municipal Bilingual School of Parnaíba Libras-Portuguese (PI), involving deaf women from the school community. The intervention included a discussion circle mediated by Law students and an interpreter, an informative video on the Maria da Penha Law, and the execution of the "Red Light" pedagogical dynamics using colored cards to identify abusive behaviors and invisibilized violence. Severe vulnerability resulting from the lack of translators in police stations and support centers was highlighted. **Conclusion:** Extension projects focused on Libras accessibility are crucial to breaking the cycle of isolation, ensuring human dignity, public safety, and full access to justice.

Keywords: Persons with Hearing Impairments. Domestic Violence. Human Rights. Linguistic Accessibility. Community Extension Projects.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica e familiar contra a mulher configura-se como uma das mais severas violações dos direitos humanos, persistindo como um fenômeno estrutural na sociedade brasileira. No entanto, quando se observa a realidade das mulheres surdas, essa vulnerabilidade é intensificada por barreiras comunicacionais que dificultam o acesso à rede de proteção e aos mecanismos de denúncia previstos na Lei Maria da Penha.¹ A surdez, em um contexto de violência, atua como um fator de isolamento, uma vez que a falta de intérpretes e de profissionais capacitados na Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos órgãos públicos impede que a vítima externe sua situação de risco.²

Nesse cenário, a Libras deixa de ser apenas um sistema linguístico para se tornar um instrumento fundamental de acessibilidade e garantia de direitos. A ausência de mediação comunicativa eficaz revitimiza a mulher surda, cerceando sua autonomia e o pleno exercício da cidadania.³ A invisibilidade dessa parcela da população nas políticas públicas de combate à

violência evidencia a necessidade urgente de projetos de extensão que promovam a capacitação e a conscientização sobre a importância da acessibilidade linguística nos espaços de acolhimento e segurança pública.

A proteção à mulher surda exige, portanto, uma compreensão interseccional que considere a deficiência e o gênero como camadas sobrepostas de exclusão. Sem a garantia de que a vítima possa se comunicar fluentemente com as autoridades, o sistema de justiça torna-se inacessível, perpetuando o ciclo de abuso e a impunidade do agressor. O objetivo deste relato é analisar a importância da Libras como ferramenta de acessibilidade e proteção à mulher surda no combate à violência doméstica, identificando as principais lacunas no atendimento e fomentando estratégias que assegurem o acolhimento digno, inclusivo e seguro.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Trata-se de um relato de experiência decorrente de uma ação de extensão universitária do curso de Direito da Faculdade Afya Parnaíba, de caráter descritivo e abordagem qualitativa, fundamentada na Política Nacional de Extensão Universitária⁴ e com análise pautada na literatura da área.⁵ A intervenção prática do projeto "Libras como instrumento de acessibilidade e proteção à mulher surda no combate à violência doméstica" foi realizada no dia 15 de maio de 2026, nas dependências da Escola Municipal Bilingue de Parnaíba Libras-Português, localizada no município de Parnaíba, estado do Piauí. O público-alvo foi constituído por mulheres surdas integrantes da comunidade escolar.

A atividade foi concebida a partir da necessidade de promover informação acessível acerca da violência doméstica e familiar, considerando as inúmeras barreiras comunicacionais que dificultam o acesso dessa população aos mecanismos de proteção e acolhimento. Inicialmente, realizou-se uma roda de conversa e bate-papo informativo, mediado pelas graduandas de Direito com o auxílio fundamental de um professor/intérprete de Libras da própria escola bilíngue. O objetivo principal foi estabelecer um espaço convidativo e seguro, permitindo que as mulheres pudessem expressar vivências, questionamentos e opiniões. Na ocasião, foram abordadas as manifestações da violência doméstica (física, psicológica, moral, patrimonial e sexual) e apresentados os canais institucionais de denúncia e proteção, como a Delegacia da Mulher, a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) e os serviços de assistência social e jurídica.

Como instrumento de fortalecimento do entendimento, exibiu-se um vídeo autoexplicativo e acessível sobre os direitos das mulheres e as garantias da Lei Maria da Penha.¹ A utilização desse recurso audiovisual facilitou a apreensão do conteúdo e ampliou a participação ativa das mulheres surdas² no debate. Durante o andamento da dinâmica, ficou evidente que várias participantes já vivenciaram, direta ou indiretamente, circunstâncias de agressão. Em meio aos testemunhos partilhados, destacaram-se os severos desafios enfrentados por mulheres surdas ao tentarem registrar queixas, sobressaindo a falta de tradutores de Libras em delegacias comuns e especializadas e em centros de apoio à mulher. Essa escassez foi apontada como o maior entrave para a efetivação da segurança pública, gerando receio e desamparo nas vítimas.

Para consolidar o aprendizado de forma interativa, realizou-se a dinâmica pedagógica denominada "Sinal Vermelho". Foram apresentados cenários do cotidiano focados em interações pessoais e formas de agressão frequentemente naturalizadas. Distribuíram-se cartões nas cores vermelha (atos de violência), amarela (sinais de atenção/alerta) e verde (vínculos de respeito e convivência saudável). As participantes tinham a tarefa de classificar cada situação apresentada de acordo com o grau de gravidade. A atividade permitiu às mulheres reconhecer comportamentos abusivos cotidianos (como controle e manipulação emocional) e refletir criticamente sobre práticas veladas de violência. Todas as participantes demonstraram alto engajamento, compreendendo plenamente os cenários e classificando-os corretamente ao final, ocasião em que receberam uma premiação simbólica da equipe extensionista.

CONCLUSÃO

A ação extensionista alcançou plenamente o objetivo proposto ao evidenciar que a acessibilidade em Libras transcende o mero cumprimento de exigências legais, constituindo um pressuposto indispensável para a garantia do direito fundamental à segurança, à dignidade e ao acesso à justiça. A experiência prática revelou a profunda lacuna institucional existente nos órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência, onde a escassez de intérpretes qualificados atua como fator direto de isolamento, revitimização e perpetuação da impunidade dos agressores.

Além de proporcionar a disseminação de conhecimento jurídico essencial e a identificação de condutas abusivas por meio de dinâmicas pedagógicas inclusivas, a intervenção possibilitou a construção de um canal seguro de escuta e fortalecimento comunitário. Para as discentes extensionistas, a vivência oportunizou uma formação humanizada e empática quanto às demandas interseccionais de gênero e deficiência. Recomenda-se a continuidade e ampliação de projetos dessa natureza, bem como a implementação urgente de políticas públicas voltadas à capacitação e presença continuada de intérpretes de Libras em todas as delegacias e redes de proteção social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Brasil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União. 8 ago 2006.
2. Souza EG. Acessibilidade e Surdez: as barreiras no atendimento à mulher vítima de violência. São Paulo: Cortez; 2021.
3. Gesser A. Libras? Que língua é essa? Introdução aos estudos da língua de sinais. Florianópolis: Ed. da UFSC; 2009.
4. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX; 2012.
5. Bardin L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70; 2016.